

Preparar a greve, conquistar o PCS e derrubar o congelamento



Foto Wlad

Passeata em SP, na greve nacional do ano passado, que 'levou' o PCS ao Congresso

Maior congresso da história da categoria é oportunidade ímpar de organizar a luta para barrar a tentativa do governo de congelar salários e engessar os serviços públicos

Capitalismo salva banqueiros e deixa milhares morrerem no Haiti

Página 2

Romper com a CUT, braço sindical do governo

Página 3

Economista e analistas políticos abordam PCS e PLP 549

Página 4, 5, 6 e 7

Por uma campanha nacional pela jornada de 6 horas

Página 4

NOSSA OPINIÃO

Fenajufe de todos os servidores, sem governos

Durante cinco dias, de 27 a 31 de março, servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União de todos os países, reunidos em Fortaleza (CE), vão debater e decidir os rumos político-sindicais a serem seguidos pela federação nacional, a Fenajufe.

Decisões importantes para o futuro da categoria devem ser tomadas, dentre elas a definição de um calendário de lutas e mobilizações pela revisão dos planos de cargos e salários – movimento que se choca com o projeto do governo Lula que pode levar ao congelamento dos salários por dez anos.

Servidores que integram o movimento **LutaFenajufe** defendem propostas que ajudem a mobilizar a categoria para que sejam vitoriosos nessa campanha – o que está em disputa é se derrotaremos o projeto do governo e aprovaremos a revisão ou se teremos os salários congelados e os serviços públicos esvaziados.

Diante disso, entendemos que precisamos sair do 7º Congrejufe com a data da greve nacional da categoria marcada.

Defendemos ainda retomar a tradição de luta, democracia e independência de nossa federação, hoje vinculada a uma central, a CUT, que negou sua história ao se transformar em braço sindical do governo. Romper com a CUT e com quaisquer atrelamentos a governos e administrações são também tarefas inadiáveis.

Desejamos a todos um bom congresso, no qual prevaleça o debate aberto e a defesa das reivindicações, históricas e imediatas, dos trabalhadores em geral e dos servidores em particular.

Parte de nossas propostas está nas oito páginas deste jornal, assim como em várias teses apresentadas neste congresso.

Por fim, convidamos todos os delegados e observadores do 7º Congrejufe, que compartilhem da ideia de fortalecer a Fenajufe resgatando sua história de luta e independência, a participar das reuniões do LutaFenajufe, movimento aberto e que acredita que é possível sim mudar o mundo e construir uma sociedade mais justa.

**em www.lutafenajufe.org.br,
notícias do 7º Congrejufe**



Servidores na greve em São Luiz (MA), que aprovaram críticas ao desrespeito aos fóruns da categoria

Resgatar a democracia e garantir a Fenajufe na luta

Luta e resistência dos servidores excluíram ameaça da 'avaliação de desempenho' da proposta de PCS e evitaram 'desastre' defendido pela maioria da direção da Fenajufe

Brasília, 7 de outubro de 2009. Reunidos no STF, os presidentes dos tribunais superiores decidem acatar parte das reivindicações dos servidores e alterar a proposta de revisão do PCS 'plantada' na comissão de negociação pelos diretores gerais dos tribunais. Caem a GTP e o prêmio por produtividade, itens que poderiam ser associados a metas, avaliações subjetivas de desempenho e parcelas variáveis de salário. Dois terços da remuneração permanecem compostos por vencimentos básicos.

A vitória da categoria, concretizada na reunião daquela quarta-feira de outubro na capital federal, só foi possível porque parcela dos servidores que estiveram nas reuniões ampliadas da Fenajufe, que antecederam aquele momento, resistiram à capitulação do setor majoritário na direção da federação.

Afinal, a depender deles o projeto seria enviado sem alterações ao Congresso – e manteria aspectos gerenciais explicitamente ligados às orientações neoliberais do Banco Mundial para o Judiciário brasileiro.

Hoje, em meio à difícil tramitação das propostas no Congresso, a categoria teria que centrar esforços para tentar excluir dos projetos os itens que faziam referência à produtividade, ao desempenho e à parcela variável de salário.

Desrespeito aos fóruns da categoria

O exemplo acima é apenas um dos não poucos momentos em que

os sindicalistas que integram a direção majoritária capitularam ou agiram sem respeitar os fóruns da categoria.

Foi assim com o prematuro abandono da luta pelo plano de carreira – cujas bases precisam ser retomadas neste Congrejufe – e com a aceitação imediata da proposta ruim das direções gerais (o que já vinha sendo costurado pela direção do Sindjus-DF, em desrespeito à decisão da plenária estatutária de Manaus).

Foi assim na constrangedora audiência com o ministro Gilmar Mendes, quando este fez referência aos frequentes encontros com dirigentes da Fenajufe que integravam a comissão interministerial para negociar aspectos do PCS de toda categoria.

Encontros "secretos" para os demais participantes da reunião e para os servidores de todo país, jamais informados sobre o que estava acontecendo em sombrios bastidores.

Garantir a democracia e o respeito às decisões

A análise do que ocorreu nas negociações e na organização da luta pelo plano de carreira e, depois, pelo PCS-4, na avaliação do LutaFenajufe, mostra o rompimento dos setores da direção da Fenajufe que apóiam o governo com a democracia sindical e o respeito aos fóruns da categoria.

Ao ponto de, em um dado momento, este setor decidir transfor-

mar as reuniões ampliadas em meras peças consultivas, sem poder de decisão – este restrito aos 'iluminados' que compõem a executiva da federação.

A luta da categoria, antes, durante e depois da greve do ano passado, e a resistência às tentativas de esvaziamento de seus fóruns político-sindicais, foram decisivos para que os projetos que revisam os salários fossem encaminhados ao Congresso. Devem ser também decisivos para que essa luta seja de fato vitoriosa.

Mas o balanço do que aconteceu em todo esse processo dá aos delegados do 7º Congrejufe a missão de redefinir as bases da democracia no funcionamento da federação. É isso que defendem várias teses apresentadas neste congresso.

Dentre as propostas, adotar critérios que democratizem mais o próprio Congrejufe e a direção colegiada. Além da regulamentação estatutária da reunião ampliada como fórum deliberativo acima da diretoria da Fenajufe.

Enfim, são necessários mecanismos que apontem para uma federação democrática e de luta, independente de quem estiver momentaneamente na direção da entidade.

Não são propostas fechadas. Buscam abrir um debate que é decisivo para o resgate da história e para o futuro da organização nacional da categoria, que foram e devem continuar sendo construídos com a participação de cada servidor.

MUNDO

Quanto vale uma vida

O mundo capitalista que salvou os banqueiros na crise econômica é o mesmo que permitiu que quase 300 mil haitianos morressem, vítimas de um terremoto – tremor de intensidade inferior ao que ocorreria pouco depois no Chile e que matou menos de mil pessoas.

São incomparáveis os recursos públicos gastos para socorrer banqueiros na Europa, nos EUA e mesmo no Brasil com as promessas de ajuda humanitária internacionais ao Haiti. Estima-se que 25 trilhões de dólares foram usados para salvar bancos e grandes empresas. A ajuda ao Haiti não passa da casa dos milhões. Especialistas avaliam que 1,2 trilhão de dólares acabaria com a fome no mundo.

A mídia oficial, que já esqueceu do Haiti, divulga que a crise passou. Mas países europeus adotam, por conta dela, medidas contra os trabalhadores, em especial servidores, como demissões e redução de salários. No Brasil, medidas parecidas tramitam na Câmara – fim da estabilidade, congelamento de salários, cerceamento do direito de greve e de organização sindical. Recente plenária nacional dos servidores, convocada pela Cnesf, entendeu que os servidores europeus e do Brasil devem ser solidários nesta luta que enfrenta políticas bem parecidas.

O LutaFenajufe acredita que as reivindicações históricas dos trabalhadores no mundo são basicamente as mesmas. Os trabalhadores do Haiti precisam de médicos, investimentos, solidariedade – não de armas, tanques e ocupação militar.

Marcello Casal Jr./ABR



Haitianos após o terremoto, que matou quase 300 mil

LUTAFENAJUFE!
Oposição Nacional

Jornal do Movimento Nacional de Oposição no Judiciário Federal e Ministério Público da União

Jornalista responsável:
Hélcio Lourenço Duarte Filho

Diagramação: wal pinto

Endereços:

lutafenajufe@terra.com.br
www.lutafenajufe.org.br

Romper com a CUT e com o sindicalismo chapa-branca

Apenas 6 dos 30 sindicatos filiados à Fenajufe ainda são filiados à CUT; mas repasse da federação dá dinheiro de toda categoria à central que não defende mais os servidores

Funciona no Ministério do Planejamento um Grupo de Trabalho (GT) que se debruça sobre dois temas centrais: o direito de greve e a negociação coletiva nos serviços públicos. Dele fazem parte representantes do governo, a CUT e entidades nacionais do funcionalismo ligadas a esta central. Federações que romperam com a CUT recusaram-se a participar do GT por considerá-lo uma tentativa de legitimar projetos que atacam os servidores.

No final do ano passado, enquanto sindicalistas das entidades cutistas discutiam tais questões no

Planejamento, o governo Lula articulava para aprovar, no Senado, o projeto de lei que na prática congela os salários e, de quebra, torna inócua qualquer discussão sobre negociação coletiva.

Mas, então, esse GT não serve para nada? Serve. É parte de uma estratégia de desarticular o movimento unificado dos servidores e facilitar a vida do governo, que conta com a boa vontade da Central Única dos Trabalhadores. As mesmas entidades que batiam ponto no Planejamento, boicotaram as plenárias da Coordenação Nacional dos Servidores (Cnesf). Algo, aliás, que a direção majoritária da Fenajufe fez, desrespeitando uma decisão aprovada pela categoria no Congresso de Gramado.

Teses e base defendem desfiliação

O exemplo acima é apenas um dos muitos que poderiam ser citados para mostrar que a CUT, que já teve uma história de luta, ajuda muito ao governo não fazendo nada, ou atuando para que os trabalhadores



Servidores na assembleia em Minas Gerais, em 2008, que desfilou o sindicato da CUT

não se mobilizem. É isso que faz com que diversas teses ao 7º Congrejufe defendam que a Fenajufe se desfilie já da CUT. Rompa com o sindicalismo chapa-branca,

governista, e retome sua tradição de independência frente a governos e administrações de tribunais.

“Tenho certeza que a base da Fenajufe é favorável à desfiliação

da CUT. Hoje apenas seis entidades estão filiadas, sendo que a Bahia parou de pagar a esta central”, diz Saulo Arcangeli, diretor da federação e integrante do LutaFenajufe. “A CUT perdeu seu papel de defensora dos trabalhadores. Negocia com o governo e, muitas vezes, defende vários cortes de direitos, como no caso da reforma da Previdência e projetos que estão tramitando e que nos atingem”, argumenta. “O LutaFenajufe vai defender a desfiliação da CUT e a abertura de um amplo debate sobre a organização sindical no país para que, em

fóruns futuros, tenhamos condições de decidir sobre filiação a uma nova entidade que represente os interesses dos trabalhadores”, defende Saulo.

Ele também critica quem confunde sindicalismo com defesa de governos. “A proximidade da direção majoritária da Fenajufe com o governo prejudica bastante a atuação da federação. Dirigentes sindicais precisam defender primeiramente a sua categoria, mesmo sendo filiados a partidos políticos que sustentam o governo”, afirma.

Para Ana Luiza Figueiredo Gomes, ex-dirigente da Fenajufe e diretora do Sintrajud (SP), a CUT abandonou as lutas dos trabalhadores para se transformar em um braço sindical do presidente Lula. “Não podemos continuar dando o dinheiro da categoria para quem vai nos atacar, por isso vamos levar o debate sobre a desfiliação da CUT ao Congresso”. A proposta de desfiliação foi aprovada na reunião preparatória para o congresso realizada em São Paulo com os delegados ao Congrejufe.

Congresso em junho une Conlutas, Intersindical e outras entidades em nova central

O Congresso da Classe Trabalhadora, marcado para os dias 5 e 6 de junho deste ano, em Santos (SP), acontecerá tendo como principal objetivo reunir os ativistas que seguem nas lutas da classe trabalhadora e não se atrelaram ao governo em uma nova organização.

A realização do congresso foi definida na plenária unificada realizada em Salvador, no final de janeiro, durante o período em que se realizava na cidade o Fórum Social Mundial. Foi uma das chamadas atividades paralelas ao Fórum. O congresso unificará a Conlutas e a Intersindical e outras

organizações do movimento social e sindical para fundar oficialmente a Nova Central dos Trabalhadores, instrumento de luta da classe em oposição ao sindicalismo chapa-branca que marca o atual movimento sindical brasileiro.

A proposta é construir uma central que reúna não só trabalhadores formais, servidores públicos etc, mas também os movimentos sociais e setores excluídos do mercado formal. Nascerá tendo dentre seus princípios a construção de uma nova sociedade, onde não haja explorados e prevaleça a justiça social e o socialismo.

Combater o imposto sindical

Cobrança também compromete autonomia sindical

A defesa da independência e autonomia sindicais também passa pelo combate ao imposto sindical. Afinal, além de arbitrário, ele leva à acomodação e atrai oportunistas. Ação movida por uma dessas confederações, a CSPB, que estão sempre ausentes das lutas dos servidores levou à determinação da cobrança na Justiça Federal. Antes disso, a cobrança só ocorria, contra a vontade da categoria, no TRT da 15ª Região, em Campinas. Aliás, o Sindiquinze é o único sindicato

da base da Fenajufe, que tem resolução contrária ao imposto, filiado à CSPB.

Para o movimento LutaFenajufe, o Congrejufe deve aprovar uma resolução condenando o recolhimento do imposto e uma campanha contra a cobrança. Além de orientar os sindicatos filiados a devolver para os servidores o que vier a ser cobrado. “O atrelamento sindical ao Estado passa também pelo imposto sindical”, alerta Paulo falcão, diretor da federação.



Ana Luiza, em ato da greve: aumento da jornada não melhora Judiciário

Fazer a campanha nacional pela jornada de 6 horas

Em diversos estados do país, servidores resistem, desde o ano passado, à implementação da Resolução 88 do Conselho Nacional de Justiça, que tenta impor a jornada de 8 horas diárias. Em Minas Gerais, essa luta chegou a mobilizar, recentemente, centenas de servidores. No TRE, obteve-se uma importante vitória. No TRT, a categoria enfrentou a postura nada democrática do presidente do tribunal, que determinou o fim da jornada de 6 horas.

Faltou um calendário de fato nacional de mobilização em torno da luta histórica da categoria pela jornada de 6 horas. “Temos que intensificar nossa luta no sentido de ratificar a importância da jornada de seis horas em dois turnos de trabalho, tanto para o servidor quanto para o jurisdicionado”, defendeu Fernando Neves, diretor do Sitraemg (MG), logo após o TRE no estado decidir não acatar a Resolução 88.

“Já está comprovado que [o aumento da jornada] não melhora a qualidade”, afirma Ana Luiza Figueiredo Gomes, diretora do Sintrajud e da coordenação do LutaFenajufe. “Precisamos de uma campanha nacional, infelizmente ainda não temos uma campanha de todos os trabalhadores do Judiciário Federal do país”, diz.

Metas aumentam exploração e fomentam assédio moral

Combater o assédio moral nas relações de trabalho do Judiciário Federal e do MPU tem que ser alvo de campanha constante da categoria. As metas produtivistas impostas pelo CNJ aumentam a exploração e o assédio moral, levando a uma situação explosiva em muitos locais de trabalho.

As políticas adotadas pelas administrações em geral contribuem para piorar este quadro e não o contrário. É preciso prioridade para a campanha contra o assédio moral, denunciar administrações que fomentem tais práticas e mostrar que tais medidas, que não defendem os serviços públicos, aumentam a jornada de trabalho e o assédio moral.



na internet
www.lutafenajufe.org.br

SERVIDORES impasse orçamentário reflete prioridades do governo

Congresso deve aprovar a greve pelo PCS

Organizar a categoria para disputa difícil com governo e tribunais é um dos principais desafios do 7º Congrejufe

Há pouco mais de um mês de deixar a presidência do STF, o ministro Gilmar Mendes alegou que as conversas entre o Judiciário e o Ministério do Planejamento em torno do PCS estavam acontecendo, mas disse que a negociação “está difícil”.

A declaração foi dada, durante uma solenidade no Supremo, ao servidor Antonio Melquíades, o Melqui, dirigente da federação nacional e integrante do LutaFenajufe, que cobrou do presidente do STF uma posição acerca do PL 6613/2009, que revisa os salários dos servidores do Judiciário Federal.

A resposta pouco amistosa do ministro, que não chegou a surpreender, é mais um elemento a indicar algo que a experiência de outras lutas pelo PCS já ensinou: sem mobilização não haverá revisão salarial.

‘Se depender da boa vontade, não sai’

Na visão do servidor Paulo Falcão, diretor da federação e da coordenação



Servidores da JT do Paraná aprovam a greve pelo PCS, em 2009

do LutaFenajufe, a declaração do ministro demonstra que ele não vê mais possibilidades de resolver a questão antes de deixar o cargo, que será ocupado pelo ministro Cezar Peluso, em abril. “Nos bastidores, se depender da boa vontade do Planejamento e do Judiciário, não sei não”, avalia. O que o presidente do STF está dizendo, mesmo que involuntariamente, acredita, é que sem pressão da categoria, sem greve, não haverá PCS.

O servidor Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe e do sindicato do Maranhão (Sintrajufe), diz que o impasse no orçamento já era esperado e só será superado com muita pressão dos trabalhadores. “Precisamos mobilizar a categoria e já pensar na greve para forçar a aprovação dos PL’s 6613 e 6697 ainda este ano”, defende.

Para Adilson Rodrigues, ex-diretor da Fenajufe e dirigente de base do sindicato de São Paulo (Sintrajud), o que

Assessor parlamentar: é possível aprovar PCS, mas ‘vigilância’ tem de ser permanente

Analista político, diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e assessor da Fenajufe, Antonio Augusto Queiroz avalia que é possível aprovar o PCS-4 ainda este ano. Mas alerta: a vigilância tem que ser permanente, pois os prazos são muito curtos. Ele considera que o regime de urgência urgentíssima precisa ser aprovado, mas de preferência após as negociações com o governo, se possível garantindo ao menos uma parcela para este ano – o que considera difícil, mas não impossível. Toninho, como é conhecido, diz ainda que, mesmo sem a urgência, é possível garantir a tramitação do projeto este ano, desde que sob uma pressão constante.

Você acompanhou a tramitação de outros PCS do Judiciário. Esse é o primeiro PCS que começa a tramitar no Congresso já no ano eleitoral. É possível superar isso. Isso pode ser uma dificuldade?

Pode. É por isso que é importante que haja a prioridade na tramitação. Portanto, regime de urgência. Mas, essa urgência é necessária para sair dentro do semestre, para permitir a

negociação.

Mas se não houver urgência, é possível a tramitação, mesmo assim, nesse espaço de tempo, antes que entre o chamado “recesso branco” eleitoral no meio do ano?

É. Agora tem que ter uma vigilância permanente e não perder nenhum prazo nas comissões, cumprir os prazos rigorosamente em cima,

porque senão pode agravar. São três comissões a passar.

Haveria uma estimativa de prazo para cada comissão?

Algo como um mês para cada comissão, se passar conclusivamente pelas comissões não vai ao plenário, vai direto para o Senado.

O mais provável é que vá ou não para plenário?

A não ser que a comissão aprove um texto à revelia do governo, aí o próprio governo recorria ao plenário. Mas, se for negociado, aí não haveria esse recurso não.

Como foi com os outros PCSs, tiveram regime de urgência?

Alguns tiveram, na fase final, que levar em regime de urgência para o plenário.

“Com mobilização é possível aprovar a revisão esse ano”

Servidor diz que o saldo do mutirão pós-recesso na Câmara e tribunais é positivo; e que agora é preciso preparar a greve para fazer a cúpula do Judiciário cumprir sua parte

Em dezembro do ano passado, o servidor Antonio Melquíades acompanhava a sessão do Conselho do MPU, na bem-sucedida pressão para que o projeto de revisão salarial deste setor da categoria fosse enviado ao Congresso, seguindo o rastro do PCS do Judiciário, quando soube que o Senado havia aprovado, por unanimidade, o PLS 611 (atual PLP 549, na Câmara). Decidiu de imediato encaminhar aos ministros dos tribunais superiores, aos presidentes das casas legislativas e às lideranças partidárias do Congresso pedidos de audiências para tratar deste projeto, que pode congelar os salários dos servidores, e da revisão do PCS. Quería ajudar a iniciar já a pressão para detê-lo na Câmara. De lá para cá, foram dezenas de audiências e conversas com parlamentares e ministros do Judiciário, ao lado de outros dirigentes sindicais de diversos sindicatos e da federação. Mas Melqui, como é conhecido o diretor da Fenajufe, do Sintrajud (SP) e integrante do movimento LutaFenajufe, está convicto que esse é apenas um lado, necessário, da campanha pelo PCS. “É a mobilização da categoria que vai fazer esse projeto andar”, afirma.



Melqui e outros servidores Comissão de Trabalho da Câmara: pressão para votar PCS

meio chateado porque tomou conhecimento do projeto via Câmara federal, por causa do nosso trabalho. Essa correria nossa em Brasília, nos tribunais e no Congresso no começo do ano, fez o projeto entrar em evidência.

Tivemos no final do ano passado a greve para forçar o envio do projeto ao Congresso. Vamos precisar de outra para acelerar o trâmite?

Infelizmente somos obrigados a admitir que sim, não há outra alternativa. Porque se até o momento não está tendo negociação, eu não vejo outra ma-

ESSA CORRERIA NOSSA EM BRASÍLIA, NOS TRIBUNAIS E NO CONGRESSO NO COMEÇO DO ANO, FEZ O PROJETO ENTRAR EM EVIDÊNCIA

neira a não ser uma forte mobilização. O que vai fazer esse projeto andar é uma mobilização dos servidores do Ministério Público e do Judiciário Federal. Porque a cúpula do Judiciário não está se mexendo como a gente esperava. Nós estamos com o prazo curto pra conseguir o acordo financeiro com o governo, que é um papel que o Gilmar Mendes, e o Gurgel lá pela Procuradoria, tem que cumprir. Não bastasse isso,



Os servidores Melqui e Pedro, diretores da Fenajufe, Sebastião, Mário e Fernando, diretores do Sitraemg, com o secretário de RH do STF, Amarildo, em novembro: pressão pelo PCS

temos um fator que não tínhamos nos processos anteriores, que é o projeto de congelamento salarial do governo. Se

esse projeto é aprovado, teremos um impedimento legal para o PCS. Não é política desse governo nem de outros conceder reajuste, a não ser que haja muita luta. A política deles é outra: o governo com o [PLP] 549 quer economizar alguns milhões às custas do salário de mães e pais de famílias trabalhadores do serviço público. Mas para gastar pra salvar banco, General Motors, Ford, agronegócio, ele não poupou esforços. Foi aos cofres públicos. É um contrassenso porque a população e a economia estão crescendo, a demanda dos serviços públicos vai continuar crescendo e a política do governo é de reduzir salário, não é de expandir os recursos. Conclusão: quem vai pagar o preço, além dos servidores, são os desassistidos e mal remunerados, é a população mais carente desse país, que procura e que depende dos serviços públicos.

É possível superar essa questão orçamentária, inclusive garantindo uma parcela do PCS para este ano?

O Judiciário tem margem para dar um reajuste esse ano se ele quiser bancar com verbas próprias, tem orçamento pra isso. É questão de acertar com o governo, a dotação orçamentária está lá. Em relação ao governo, que tem dito que não dá pra conseguir nada esse ano, é mentira. Nós já conseguimos em anteriores. O próprio presidente da Comissão de Finanças garantiu que dá pra alterar a lei orçamentária anual em 2010, basta que o Judiciário entre em acordo com governo, com um projeto de lei alterando a lei orçamentária. Há meios sim. Agora para tudo isso acontecer nós precisamos da mobilização dos servidores.

Há um levantamento que mostra que esse PCS teria que ter a mais rápida tramitação em relação a todos os outros para ser aprovado esse ano. Apesar disso, é possível com mobilização superar essa marca...

Não só é possível como é o único meio que estou vendo. Nós temos que chamar atenção da cúpula do Judiciário, porque ela tem que ter consciência que se os servidores pararem vai ser ruim pra Justiça e nós não queremos isso. O que a gente espera é que o Gilmar Mendes, o Gurgel, depois o Peluso, façam as [coisas] necessárias pra evitar esse enfrentamento. Nenhum dirigente sindical, nem a categoria, quer esse enfrentamento. Mas se for necessário, nós já temos tradição e já temos trajetórias vitoriosas. Vamos mais uma vez à luta.

se espera das administrações não é um favor, mas um dever. “O STF e o governo nos devem a atualização de nossos salários e, portanto, estão cometendo uma ilegalidade”, afirma, referindo-se à revisão anual dos salários prevista na Constituição Federal, direito reconhecido pelo próprio Supremo. Ele avalia que só a greve poderá fazer o PCS avançar – e já aponta o mês de maio como referência para a paralisação, período, aliás, já indicado pela assembleia geral do seu estado.

Na Justiça do Trabalho do Paraná, o sindicato igualmente trabalha com essa perspectiva. “Já estamos aprontando para próxima greve, vai precisar, não vai haver uma tramitação rápida sem uma grande mobilização. Se continuar o impasse, temos que estar preparados para a greve”, propõe Carla Rovel, diretora do Sinjutra.

A trajetória do PCS no Congresso Nacional também preocupa Alexandre Brandi, da direção do sindicato de Minas (Sitraemg). “O congresso da federação tem que chamar a categoria à mobilização”, defende.

É possível aprovar PCS

Ex-dirigente da federação que participou das negociações de todos os planos anteriores, Démerson Dias destaca que a empreitada atual tem características distintas das de outras campanhas, que têm que ser levadas em conta e que vão exigir mais força da categoria. A principal delas, aponta, talvez seja a oposição de setores da magistratura à reivindicação dos servidores, caracterizado pelo manifesto da frente de entidades de juízes e procuradores, que retardou o envio dos projetos à Câmara dos Deputados.

Para Claudio Klein, da direção da Fenajufe, as notas técnicas do Ministério do Planejamento, que apontariam para a inexistência de recursos para os PCSs do Judiciário e do MPU, não poderiam ser diferentes, já que os trabalhadores não estão entre as prioridades do governo. “Dinheiro tem, é uma questão de prioridade”, disse. Os prazos de tramitação também não são grande problema, avalia, mas sim o orçamento, que tem que ser negociado na base da pressão da categoria. “O Congrejufe tem que preparar a greve”, resume.

Participar das mobilizações contra o PLP 549, que congela salários

Os servidores do Judiciário e do MPU precisam sair do Congrejufe com datas aprovadas para o calendário de mobilização. Em alguns estados, já foi apontada a primeira quinzena de maio para início da greve. Como datas reparatórias para a greve, organizar atividades e paralisações na semana de 12 a 18 de abril, escolhida pelo funcionalismo para protestos nacionais contra o PLP 549, projeto do governo que se aprovado levará ao congelamento salarial e inviabilizará o PCS-4.

Proposta do governo mantém ataque ao direito de greve

As reuniões no Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento sobre o direito de greve chegou a um impasse: não haveria acordo em torno de propostas entre representantes sindicais, ligados a setores que apóiam Lula, e o próprio governo. O Planejamento, no entanto, anunciou que irá encaminhar o projeto com ou sem acordo entre as entidades. A última plenária da Fasubra decidiu pelo rompimento com o GT, caso o governo mantenha a proposta.

A proposta que o Planalto planeja apresentar diz que “o direito de greve do servidor público submeter-se-á a juízo de proporcionalidade e razoabilidade”, dando um tom muito subjetivo a esse direito previsto na Constituição Federal. Também prevê, de imediato, o corte do ponto e a não inclusão dos dias parados para fins de aposentadoria.

Determina ainda que servidores que tenham porte de armas não poderão fazer greve e aponta uma regulamentação específica para atividades exercidas tipicamente pelo Estado, caso em que deve ser incluído o Judiciário - “a greve deverá ser regulamentada pela Administração Pública, de modo a não paralisar os setores constituídos pelo e para a organização do Estado”.

Em outras palavras, acaba o direito de greve nesses setores.

FUNCIONALISMO Unidade para barrar o congelamento

Retomar a organização geral dos servidores

Participar da coordenação dos federais (Cnesf) e preparar a mobilização contra projetos do governo que ameaçam servidores

Foto Josiane Calado



Servidores, em Maceió (AL), ‘recebem’ Gilmar Mendes durante a greve do ano passado: direito de organização sindical está ameaçado

Há uma trinca de propostas defendidas pelo governo Lula, e na essência apoiadas pelos partidos da oposição oficial (PSDB, DEM etc.), que sintetizam ataques quase silenciosos, mas nem por isso menos graves, contra os servidores. Aprovados, levariam a salários congelados até 2019, fim da estabilidade no emprego e a provável cerceamento do direito de greve e organização sindical.

O PLP 549, que congela os salários e golpeia a possibilidade de expansão dos serviços públicos, tramita na Comissão de Trabalho da Câmara. Duas semanas antes do Natal do ano passado, foi aprovado por unanimidade no Senado. É tratado como prioridade pelo Planalto.

O projeto que tem como alvo a estabilidade é o PL 248. Passou por

todas as comissões da Câmara e está pronto para ser levado a plenário, embora sem previsão para isso. Exemplo explícito de que o atual governo não apenas herdou como manteve as políticas do anterior, regulamenta parte da reforma administrativa de Fernando Henrique Cardoso. Apesar da impopularidade da medida, passou pelas comissões com o voto da base governista e da oposição PSDB-DEM. Prevê a demissão de servidores por insuficiência de desempenho – após duas avaliações negativas seguidas ou três intercaladas em cinco anos.

Fecha o trio de propostas a que está sendo gestada no Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento, com o aval de parcela das entidades nacionais da categoria controladas por

dirigentes sindicais ligados ao governo. O texto não está concluído, mas trata da regulamentação do direito de greve e da negociação coletiva. É apontado pelos sindicatos que não se apresentam como parceiros do governo como um ataque ao direito de organização sindical e de greve, mascarado sob as ideias de regulamentar e negociar com o funcionalismo.

Fortalecer a Cnesf

No segundo domingo de março, servidores de diversos estados e segmentos dos serviços públicos decidiram iniciar uma campanha nacional contra esses três projetos. Considerada a reunião mais expressiva das convocadas pela Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais) nos últimos dois anos, a plenária aprovou atos nos estados no dia 1o de Abril e uma jornada de manifestações em Brasília, de 12 a 18 do mesmo mês. “A plenária deu uma renovada nos ânimos, é como se estivéssemos reorganizando a Cnesf, precisamos de um calendário unificado”, resume Paulo Falcão, diretor da federação e da coordenação do LutaFenajufe, pouco depois de participar da atividade.

Para o LutaFenajufe, o 7º Congrejufe precisa referendar a campanha conjunta do funcionalismo. Participar da Cnesf, retomando a defesa da data-base como contraponto à tentativa de congelamento – algo aprovado no congresso de Gramado (RS), mas desrespeitado pelo setor majoritário na direção da federação.

A luta conjunta dos servidores é hoje uma necessidade. Boicotá-la, como fazem a CUT e os sindicalistas governistas, pode levar o funcionalismo a uma derrota sem precedentes.

Governo trata projeto como prioridade, diz analista

Projeto que congela salários é considerado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar um retrocesso para o país.

O assessor parlamentar e analista político Marcos Verlaine, do Diap, alerta quem acredita que em ano eleitoral a Câmara não aprova o PLP 549, que na prática prevê salários congelados para o servidor até 2019: isso é uma meia verdade. Tudo muda quando o governo diz que a matéria é prioritária, afirma. A seguir, trechos de entrevista com Verlaine.

O Diap qualificou o projeto de lei que muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (PLP 549) de “desastroso” para os serviços públicos e para o país. Por quê?

Na verdade, o Diap chamou o projeto de retrocesso, porque no momento em que o país se recupera da crise e começa a crescer novamente é um retrocesso congelar o salário do servidor público federal. Se o projeto for aprovado pelo Con-

gresso é possível que governadores e prefeitos também queiram congelar o salário do funcionalismo estadual e municipal. Seria uma espécie de “efeito dominó” para os servidores públicos nas suas três esferas.

O projeto é considerado uma ameaça de congelamento salarial. Mas se a folha pode aumentar de acordo com a correção da inflação mais 2,5% ou a variação do

PIB. Porque se fala em congelamento salarial?

Esse “aumento” de 2,5% acontecerá independente de qualquer reajuste do governo. Este é o percentual de crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores. Assim, o reajuste previsto no projeto não faz a menor diferença do ponto de vista de acréscimo salarial para os servidores. Desse modo, na prática, trata-se de um congelamento.

Projeto levará a sucateamento sem precedentes, diz economista

Foto Jesus Carlos

Para o assessor econômico Washington Lima, projeto defendido pelo governo Lula e pela oposição oficial (PSDB/PFL) pode levar a um sucateamento sem precedentes na história dos serviços públicos no país. E responde a uma lógica onde recursos são retirados do setor público para garantir os lucros de bancos e especuladores. Para ele, o PLP, se aprovado, inviabiliza o PCS-4.

O PLP 549/2009 pode ser um obstáculo para o PCS?

Se o PLS for aprovado, não deverá haver um novo PCS. O chamado "crescimento vegetativo" da folha já vai consumir o novo limite.

O Diap diz que o projeto tira a capacidade de o Estado ampliar políticas públicas etc... O que você acha disso?

É um desastre, pois os serviços públicos que já são muito precários no país vão ficar ainda mais, pois praticamente não se poderá ampliar o quadro de servidores, e, conseqüentemente, o atendimento à população. Por exemplo, se hoje, existe um médico do serviço público federal, para 'x' habitantes, o número de médicos não só não será ampliado com, já que haverá um crescimento da população, o número de médicos por habitantes será bem menor. O mesmo no Judiciário: se há uma determinada quantidade de servidores e magistrados para uma quantidade de proces-



Servidores em ato em novembro de 2009, em São Paulo, na luta pelo PCS, que ficaria inviabilizado com aprovação do PLP 549

sos, ela deverá ser menor ainda, pois além do aumento da demanda processual, o número de servidores será, na melhor das hipóteses, congelado. O mais provável é que haverá diminuição nos quadros. Em qualquer caso haverá mais processos, para um número menor de servidores e magistrados. O PLS representa um sucateamento dos serviços públicos sem precedentes na história do país.

Qual lógica move essa constante tentativa de limitar despesas do Estado com servidores, enquanto não há limites para os gastos públicos com juros e encargos de dívidas. Poderia ser diferente?

Veja, entre as despesas da União com Pessoal, Juros e Despesas Correntes, a que teve o menor aumento entre 2000 e 2009 foram justamente as despesas de pessoal. Em 31 de dezembro, comparando os valores pagos em 2000 e em 2009, as despesas com o pagamento de juros cresceram 32,5% a mais do que as de pessoal, e as despesas correntes, em 44,77% a mais do que as remunera-

ções. Mas, o mais impressionante, é o crescimento dos chamados encargos financeiros da União, que são as despesas com juros e amortizações da dívida e os prejuízos do Banco Central. Elas saltaram de R\$ 82,1 bilhões pagos em 2000 para R\$ 380,0 bilhões pagos em 2009, até 31 de dezembro. Em 2009, há autorização para gastos de até R\$ 448,3 bilhões, que ainda podem ser realizados.

Ou seja, houve um aumento 362,75%, ou mais R\$ 297,9 bilhões, nos gastos da União com encargos financeiros. Essas despesas em 2009 equivalem a 2,25 os gastos de pessoal da União. É absurda a cobertura de prejuízo do Banco Central, que foi de R\$ 98,1 bilhões e que está autorizada na LRF. Dinheiro, como se sabe, para garantir a especulação financeira e os lucros dos bancos. Assim, não fica dúvida, a limitação dos gastos com os servidores foi criada para garantir o pagamento da dívida da União e os lucros dos banqueiros e agiotas, em detrimento das necessidades dos servidores e da população trabalhadora e pobre do país.

Bancos, sempre eles

Nas próximas 24 horas, o equivalente a mais de R\$ 1,2 bilhão terá saído dos cofres públicos para pagar juros das dívidas públicas a banqueiros e outros especuladores. Ao término dos cinco dias de Congrejufe, essa conta pulará para pelo menos 6 bilhões de reais. Valor que equivale a quase totalidade

da receita extra do petróleo que o Estado do Rio de Janeiro perderá por ano caso a emenda Ibsen seja aprovada, e que tanta polêmica vem gerando.

Nada mudou para banqueiros e grandes empresários nos quase oito anos de Lula, PT e Cia. Ao contrário, os bancos e boa parte do mega empresariado conseguiram, no ano da crise econômica, bater recordes de lucro.

Os trabalhadores, em especial os da indústria, também alcançaram altos índices... de desemprego.

Mesmo os alardeados investimentos do PAC pouco diferem dos patamares ínfimos do antecessor FHC: não chegam a 1% do PIB. Valores humilhados pelos mais de 40% do orçamento da União que são destinados aos juros e amortizações das dívidas públicas – o mesmo orçamento que não contempla o PCS do Judiciário.

Lula repete FHC, que repetiu Itamar, que repetiu Collor... nenhum deles serviu para melhorar de fato a vida dos trabalhadores e os serviços públicos.

político do Diap

Como será a tramitação na Câmara? Em quanto tempo o projeto pode vir a ser levado ao plenário?

O prazo é imprevisível, embora o regimento determine prazos, pois esses nunca são cumpridos. Na Câmara, o projeto será examinado inicialmente pela Comissão de Trabalho. Depois, será examinado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça. Por fim vai ao plenário para votação em dois turnos, já que é um projeto de lei complementar. Se houver mudanças de

mérito, o texto retorna ao Senado, que dará a posição final.

O Diap publicou diversos textos no ano passado 'cobrando' a ação das entidades sindicais contra o projeto. Caso essa ação, mesmo com dificuldades, tivesse ocorrido, o desfecho no Senado poderia ter sido diferente?

Com certeza. O fato de não ter havido mobilização contra o projeto no Senado facilitou sua aprovação na Casa. Se apenas um senador tivesse

se levantado contra o projeto, a matéria não teria sido incluída na pauta para votação. Todas as matérias incluídas na agenda para votação foram objeto de acordo. Como as entidades dos servidores não se mobilizaram e procuraram esclarecer o conteúdo do projeto para os senadores, o texto foi incluído na pauta e aprovado por unanimidade.

Há quem diga que a Câmara não vota um projeto desses em ano eleitoral. O que você acha disso?

Neste caso, isto é uma meia verdade. Como se trata de projeto polêmico, que afeta o salário do servidor, é difícil de ser aprovado em ano eleitoral. Porém, o ministro Guido Mantega (Fazenda) procurou o líder do governo na Câmara, Candido Vaccarezza (PT/SP), e pediu prioridade para a matéria. Com esse tipo de apelo as coisas mudam de figura. Os servidores não podem ser pegos de surpresa. É preciso que haja vigilância e mobilização contra o projeto. Do contrário, poderá acontecer tal como ocorreu no Senado.

Salário no Judiciário seria até 41% menor se projeto de Lula vigorasse há 10 anos

Estudo de economista retroage no tempo para mostrar o estrago que projeto que muda Lei Fiscal pode causar no futuro dos servidores caso seja aprovado na Câmara

Estudo do economista Washington Lima traduz em números o tamanho do ataque que o Projeto de Lei 549/2009 representa para os servidores e o serviço público. Caso estivesse em vigor nos últimos dez anos, o projeto que muda as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal significaria uma redução de até 41% nos salários dos servidores do Poder Judiciário Federal. Na “melhor” das hipóteses, já que a aplicação do projeto prevê limites por poderes e órgãos públicos, o corte nas remunerações de ativos e aposentados seria de 29,36%.

O projeto, elaborado pela base governista no Congresso e apoiado pelo Planalto, prevê novos limites para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): os aumentos nas folhas de pagamento não poderiam ser superiores à correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 2,5% ou a variação do PIB (Produto Interno Bruto), o que for menor. A proposta, aprovada por unanimidade no Senado no final do ano passado, introduz tais limites nos orçamentos de cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e órgão público da União.

É por isso que o estudo mostra que as hipotéticas reduções, caso a aplicação do projeto retroagisse em dez anos, teriam percentuais variados. A redução mínima dos salários no Judiciário seria de 29,36%. A máxima, referente ao Supremo Tribunal Federal, alcançaria 41,39%. A segunda maior redução ocorreria na Justiça Federal (-38,57%), seguida da Justiça do Distrito Federal e Territórios (-37,8%), Justiça Eleitoral (-31,4%), e 29,36% para as demais – Justiça Militar, do Trabalho e os outros tribunais superiores.

Como o estudo se debruça sobre os limites possíveis tanto para o poder quanto para cada órgão, o resultado final aponta, por tribunal, diminuições menores na folha no caso da Justiça Militar (-19,16%) e do Superior Tribunal de Justiça (-23,82%). Mas como a aplicação da lei seria mais severa no Poder Judiciário como um todo (-29,36%), esse índice prevaleceria como corte mínimo para todos os tribunais.

Projeto esvazia serviço público

O assessor econômico alerta que as conseqüências desse pro-



Foto Iane Carolina

A servidora Madalena fala durante ato da greve em Teresina, no Piauí: mobilização precisa ser retomada em todo país



Carla, do Sinjutra, fala em assembleia na JT do Paraná, na greve de 2009

jetos podem ir além do ataque aos salários. “A redução da folha poderia se dar tanto em redução salarial, como em diminuição dos quadros de servidores e magistrados ou uma mescla entre as situações, todas gravíssimas”, destaca o estudo de Washington. Ele aponta ainda que o mais provável será o agravamento contínuo do quadro, caso o PLP entre em vigor, já que os valores das aposentadorias e pensões continuam contanto para os cálculos dos limites. “A tendência é de uma diminuição sem precedentes de servidores e, por conseguinte, dos serviços públicos em todos os poderes, além de um brutal arrocho salarial”, conclui.

Estudo anterior do economista já havia revelado que a redução média na folha de todo funcionalismo seria de 25,37%, incluindo os três poderes e com as regras que o governo tenta aprovar também sendo aplicadas aos últimos dez anos.

Os novos dados lançados pelo estudo, na avaliação do servidor Cláudio Klein, dirigente da federação nacional e da coordenação do movimento LutaFenajufe, revelam não apenas que as perdas seriam maiores, mas algo também muito grave: haveria uma divisão salarial na categoria ou, para manter a isonomia, os salários seriam nivelados por baixo.

Na avaliação do economista Washington Lima, não haverá margem para o PCS-4 caso o PLP 549 seja aprovado.

Valeu, Glauco

O mundo ficou mais triste no dia 13 de março de 2010 com a morte de Glauco. Assassinado junto com seu filho, Raoni, o crime chocou o país. Cartunista e quadrinista cuja obra sempre foi marcada pelo tom libertário e ao mesmo tempo crítico, o Jornal LutaFenajufe reproduz aqui um dos cartuns políticos do autor, dos primeiros a criticar com seus traços os desvios de rumo do governo Lula. É a singela homenagem deste jornal ao cronista da neurose humana, como bem definiu o jornalista Sérgio Dávila. Neurose cada vez mais próxima da violência, fomentada por uma sociedade na qual os donos do capital fazem tudo girar em torno do consumo e do lucro.

